

SUMÁRIO

<i>Introdução</i>	XIII
-------------------------	------

PRIMEIRA PARTE

CRÍTICA JURÍDICA E SUA TRAJETÓRIA NO OCIDENTE

Capítulo 1 — NATUREZA E PROBLEMATIZAÇÃO DA TEORIA CRÍTICA	1
1.1. Crise de racionalidade e mudança de paradigma	1
1.2. Natureza e conceituação da “crítica”	3
1.3. Origens filosóficas da teoria crítica	5
1.4. Objetivos e significação da teoria crítica	9
1.5. Imprecisões e aporias da teoria crítica	12
Capítulo 2 — TEORIA CRÍTICA NO DIREITO	16
2.1. Noções, conceito e objetivos	16
2.2. Possibilidades e limites de uma teoria jurídica crítica	20
Capítulo 3 — PRINCIPAIS ESCOLAS DO PENSAMENTO JURÍDICO CRÍTICO NO OCIDENTE	32
3.1. Orientação crítica nos Estados Unidos	33
3.2. Correntes críticas na Europa	36
	IX

3.2.1. Associação crítica do Direito: França	36
3.2.2. Uso alternativo do Direito: Itália e Espanha	41
3.2.3. Pensamento jurídico crítico: Alemanha	45
3.2.4. Tendências antidogmáticas, pluralistas e neomarxistas: Espanha	48
3.2.5. Modelo da crítica interdisciplinar: Bélgica	53
3.2.6. Sociologia da retórica jurídica: Portugal	56
3.3. Correntes críticas do Direito na América Latina	59
3.3.1. A crítica jurídica no México	60
3.3.2. Aportes marxistas do Direito: Chile e Colômbia ...	64
3.3.3. Movimento crítico na Argentina	69

SEGUNDA PARTE

PENSAMENTO JURÍDICO CRÍTICO NO BRASIL

Capítulo 4 — TRAJETÓRIA CRÍTICA DO DIREITO BRASILEIRO	77
4.1. Questões epistemológicas	77
4.2. Tendências da crítica jurídica: escolas e representantes ...	86
4.2.1. Crítica jurídica de perspectiva sistêmica	87
4.2.2. Crítica jurídica de perspectiva dialética	98
4.2.2.1. Crítica jurídica enquanto expressão do pluralismo e do humanismo dialético	98
4.2.2.2. Crítica jurídica enquanto instrumental político da transformação	103
4.2.2.3. Crítica jurídica enquanto normativismo fenomenológico	109
4.2.3. Crítica jurídica de perspectiva semiológica	113
4.2.4. Crítica jurídica de perspectiva psicanalítica	119
4.3. Experiências institucionalizadas de crítica no Direito	125
4.3.1. Crítica jurídica acadêmica	126

4.3.1.1. Direito Público e análise institucional	126
4.3.1.2. Direito Constitucional	128
4.3.1.3. Direito do Trabalho	130
4.3.1.4. Direito Internacional	131
4.3.1.5. Direito Penal	131
4.3.1.6. Direito Processual	132
4.3.1.7. Sociologia, ensino jurídico e Direito político	134
4.3.1.8. Direito Civil e Agrário	136
4.3.2. Crítica jurídica prática	137
4.3.2.1. Magistratura alternativa	137
4.3.2.2. Advocacia popular	139
4.4. Crítica jurídica e Direito alternativo	140

TERCEIRA PARTE

UMA DISCUSSÃO CRÍTICA: KELSEN, MARX E O DIREITO

Capítulo 5 — O DIREITO, MARX E A CRÍTICA DE KELSEN	146
5.1. Questões preliminares	146
5.2. (In)existência de uma Teoria Geral do Direito em Marx .	151
5.3. Concepções marxistas do Direito	156
5.3.1. Período clássico da teoria marxista do Direito	157
5.3.2. Período do soviétismo-estalinista do Direito	160
5.4. O problema da ideologia na Teoria Pura do Direito	163
5.5. Antinomias entre teoria jurídica marxista e Teoria Pura do Direito	166
<i>Conclusão</i>	171
<i>Bibliografia</i>	177
<i>Índice onomástico</i>	203
<i>Índice alfabético de assuntos</i>	209